



O Corredor Cultural, no ParkShopping, dando acesso às salas de exibição: que outra contribuição para o Festival?

A cidade vai bancar 35 milhões

45 do BRB + 10 da CEF = 55 milhões. 90-55 = 35 = dinheiro público

Ana Luzia Silveira

Quando, há alguns meses, foi anunciado que o ParkShopping poderia sediar a 21ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural encampou a proposta do maestro Marlos Nobre, acreditando que a nova sede bancaria tudo. Mas hoje, com o encerramento do certame, a idéia, que parecia "interessante" para os conselheiros, segundo um deles, André Gustavo Stumpf, não foi colocada em prática.

André, que no Conselho assume também a função de relator do processo do Festival, diz que este evento aconteceu "cheio de particularidades, que não correspondem ao que foi planejado no início". Conforme afirmou, à Fundação caberia apenas elaborar o programa "que, no entanto, fugiu completamente ao que constava do processo", denuncia, acrescentando que na prática, a idéia deles era trazer produtores, atores, diretores, enfim realizadores de cinema e fazer com que esses profissionais se encontrassem com as autoridades do Governo.

Este, a seu ver, seria o lado político do Festival, tal como acontece nos eventos realizados em Cannes e em Moscou, "mas foi um dos itens esquecidos", ressalta o relator, que lamenta ainda o fato de o lado mercadológico dos filmes também ter sido deixado de lado. "Queríamos que, em pequenas salas, os realizadores de cinema mostrassem seus filmes a distribuidores e exibidores, inclusive os estrangeiros, o que seria um atrativo à parte, e que daria oportunidade à exportação do cinema nacional, que é baixa".

Debates

André Gustavo se queixa ainda

de os debates planejados não terem acontecido. "Nada de discussões genéricas sobre a sabida crise do cinema, mas sim debates com temas previamente definidos, como os que envolvem a questão da pirataria, importação e exportação de filmes, convidando quem produz, quem está pirateando e algum representante do Ministério da Justiça". Ele ressalta que essas discussões objetivas jamais ocorreram em nenhum Festival de Brasília e se a programação prevista fosse colocada em prática, esta edição seria inédita.

A badalação, ou o lado social do evento, é claro, também não foi esquecido pelo relator. Mas, ao chegar

ao fim do evento, a gente percebe que nem isso ocorreu, assim como a "solução mercadológica" que, a princípio, os conselheiros acreditaram que seria interessante, com a Fundação encarregada pelos eventos e o Shopping bancando tudo, "como hospedagem, alimentação, prêmios, passagens, enfim..."

Elê lembra que o BRB acabou entrando na história, com o patrocínio de Cz\$ 45 milhões e à Caixa Econômica coube os Cz\$ 10 milhões que, segundo disse, foram destinados aos prêmios. Já a hospedagem, passagem e transporte, conforme a Apoio Congresso, foram cedidas, respectivamente pelo Hotel St. Paul, Vasp e Unidas Rent a Car, sem ônus, uma es-

pécie de cortesia das empresas que tiveram em troca, seus nomes impressos em **out-doors** e na programação do evento.

O relator do processo do Festival conta que semana passada, antes da abertura do evento, o Conselho Deliberativo se reuniu para receber do maestro a previsão orçamentária do certame, cujo montante era de Cz\$ 102 milhões. "E conforme o secretário de Comunicação, Renato Riella (um novo integrante do Conselho), o GDF determinou que o teto não poderia ultrapassar os Cz\$ 90 milhões". Como a sua previsão ultrapassava a marca, o Conselho se negou a examinar o orçamento. Na segunda-feira última, os conselheiros novamente se reuniram para receber uma nova previsão do diretor executivo da Fundação. Neste novo encontro, Marlos Nobre levou uma nova previsão, adaptada para o valor estipulado pelo Governo e deliberado pelo Conselho.

Mas, novamente, o orçamento voltou às mãos do maestro. "Vamos discuti-lo depois, provavelmente na próxima semana, pois queremos saber com o que e onde este dinheiro foi gasto", declara André Gustavo. Já o secretário de Comunicação afirma que a execução deste orçamento é de responsabilidade do maestro "que, atendendo à solicitação do Conselho, adequou a previsão orçamentária. Porém, acredito que os gastos serão inferiores aos Cz\$ 90 milhões", disse ele, mas se os custos atingirem mesmo a marca autorizada pelo governo, nem patrocínios da CEF e do BRB cobrem o festival. Restam ainda Cz\$ 35 milhões, e o próprio Riella declara que, neste caso, o GDF bancaria o resto. Quanto ao ParkShopping, apesar de ter sido procurado pelo JBr, seu superintendente Joel Campanatti não foi encontrado ontem para responder em quanto o centro comercial entrou ou vai entrar no que se refere a cruzados. Se a sua participação se limita à cessão das salas e à decoração **kitsch**, ou se vai além dos candangões.

